

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.114 - GO (2019/0355079-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : EDUARDO BASTOS DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por EDUARDO BASTOS DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no HC n.º 5614045.82.2019.8.09.0000.

Consta nos autos que a prisão em flagrante do Recorrente foi convertida em preventiva (fls. 11-12), em 01/06/2019, sendo posteriormente denunciado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei de Drogas, e no art. 12, *caput*, da Lei de armas, pois, em tese (fl. 54):

"[...] tinha em depósito: 02 porções de maconha com massa bruta de 1,85kg; 01 porção de maconha com massa bruta de 20,481g; 16 porções de maconha com massa bruta de 29,714g; 01 porção de maconha com massa bruta de 49,422g; 01 porção de material petrificado, de cor amarelada, com massa bruta de 20,853g; 01 porção de material petrificado, de cor amarelada, com massa bruta de 9,002g; 01 porção de material petrificado, de cor amarelada, com massa bruta de 7,372g; 01 porção de material petrificado, de cor amarelada, com massa bruta de 4,724g. Além disso, foram apreendidas 10 (dez) munições de arma de fogo, calibre .380 intactas."

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte de origem (fls. 48-56).

Neste recurso ordinário, o Recorrente sustenta, em síntese, o excesso de prazo na formação da culpa pois está preso *"desde o dia 30 de maio de 2019, sem que haja nem ao menos perspectiva de encerramento da instrução processual"* (fl. 66).

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão cautelar.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

Não está configurado um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado pelo Recorrente não é de reconhecimento inequívoco.

No caso, ao denegar a ordem de *habeas corpus*, a Corte de origem

destacou que *"já se iniciou a realização da audiência de instrução e julgamento, designada a continuação para o dia 04/12/19"* (fl. 53).

Como se vê, a Corte local entendeu por manter a prisão cautelar, o que não se mostra, ao menos em sede de cognição sumária, desarrazoado ou ilegal, sobretudo porque *"o término da instrução criminal já se avizinha, com a designação da continuidade da audiência de instrução e julgamento"* (fl. 53). Ademais, em princípio, não se observa demora excessiva para a formação da culpa, porquanto os fatos foram supostamente praticados há 6 (seis) meses. Desse modo, em uma análise inicial, o Recorrente não faz jus ao deferimento do pedido urgente.

Esclarece-se, ainda, por oportuno, que a orientação consolidada do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que *"[a] questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto"* (HC 398.067/BA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 23/06/2017).

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, mormente sobre o estágio atualizado do feito e a situação prisional do Recorrente.

Oficie-se à Corte estadual para que informe a senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora